



Pedagogia Visual: Perspectiva para a Criança Surda na Educação Infantil

Visual Pedagogy: Perspectives for Deaf Children in Early Childhood Education

Mírian da Paz Braga

Licenciado/a em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal Itujubata-MG. Orcid: 0009-0001-9034-6595. Pós-graduada em Libras e Educação para Surdos pela Universidade Pitágoras Unopar. Pós-graduada em Docência na Educação Infantil, da Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Pitágoras Unopar. Mestranda em Educação pela FACED – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Resumo: O presente trabalho aborda a importância da aquisição da Libras na educação infantil no processo de desenvolvimento da criança surda partindo da pedagogia visual como perspectiva, para tanto faz-se necessário refletir sobre a trajetória desta língua, evidenciar a sua contribuição na formação do sujeito surdo, partindo desse contexto histórico foi proposta a reflexão deste trabalho. É sabido hoje que a Libras é a língua natural do surdo, sendo a língua de sinais essencial na sua comunicação e fator primordial em seu processo de ensino aprendizagem, reconhecida através da Lei nº 10.436/2002, como “comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002). No entanto no processo histórico de aprendizagem da criança surda houve diversas tentativas de oralização, de modo a comparar sua aquisição como de uma criança ouvinte, contudo “os alunos surdos aprendem de forma diferente e é necessária uma metodologia de forma visual e esteja ligada a esta cultura surda” (Gonçalves; Festa; 2013, p. 6 apud Benedetti. 2016, p. 222). O método utilizado para elaboração do presente trabalho se pauta na pesquisa bibliográfica, fontes bibliográficas, que embasaram para o desenvolvimento e conclusão do referido trabalho, sendo alguns autores contribuintes Gesser (2009), Karnopp e Quadros (2001), Strobel (2009), e especialmente Campello (2007) que traz a visão de que uma nova pedagogia proporcionará uma educação de qualidade para a criança surda, um campo de pesquisa recente investigação.

Palavras-chave: Libras; educação infantil; método oral; pedagogia visual.

Abstract: This study addresses the importance of acquiring Brazilian Sign Language (Libras) in early childhood education within the developmental process of deaf children, adopting visual pedagogy as a guiding perspective. It is therefore necessary to reflect on the trajectory of this language and highlight its contribution to the formation of the deaf subject. From this historical context, the present reflection was proposed. It is now widely recognized that Libras is the natural language of the deaf, being essential for their communication and a fundamental factor in their teaching and learning process. Libras was officially recognized by Law No. 10.436/2002 as “a means of communication and expression, in which the linguistic system of a visual-motor nature, with its own grammatical structure, constitutes a linguistic system for transmitting ideas and facts, originating from communities of deaf people in Brazil” (Brasil, 2002). However, throughout the historical process of deaf children’s education, there have been numerous attempts at oralization, often comparing their acquisition process to that of hearing children. Nonetheless, “deaf students learn differently, and it is necessary to adopt a visually oriented methodology connected to deaf culture” (Gonçalves & Festa, 2013, p. 6, as cited in Benedetti, 2016, p. 222). The methodology adopted for this study was

based on bibliographic research, using academic sources that provided the foundation for its development and conclusions. Among the contributing authors are Gesser (2009), Karnopp and Quadros (2001), Strobel (2009), and especially Campello (2007), who argues that a new pedagogy will enable quality education for deaf children, constituting a recent and relevant field of investigation.

Keywords: Brazilian sign language (libras); child education; oral method; visual pedagogy.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica conforme LDB 9394/96 em seu Art. 29 “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p.17). Esta é uma etapa significativa na vida da criança, pois seu intuito é contribuir para o desenvolvimento de sua identidade, autonomia e socialização, visando à garantia do seu direito à infância, sendo as experiências da primeira infância importantes para formação do sujeito.

Refletindo sobre educação infantil para criança surda, analisando esses 4 (quatro) aspectos determinados nesta legislação: físico, psicológico, intelectual e social, se compreende que não há possibilidade desta criança se desenvolver plenamente se não houver a inserção da língua de sinais nesse processo. A língua de sinais do surdo brasileiro é a Libras - Língua Brasileira de Sinais, língua natural do surdo reconhecida através da Lei nº 10.436/2002, como “comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002).

Com isso, este trabalho propõe ressaltar a importância da aquisição da Libras na educação infantil no processo de desenvolvimento da criança surda, partindo do seguinte questionamento: como a língua de sinais contribui para o desenvolvimento da criança surda na educação infantil? Assim, faz-se necessário a reflexão histórica social, evidenciar como a língua de sinais contribui na formação dos sujeitos “surdos” e apresentar quão significativo é o papel do professor especialista na língua nesse processo. Sendo assim, com a pesquisa bibliográfica, buscou referências para desenvolvimento do determinado tema. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994). Alguns dos teóricos tais como Gesser (2009); Karnopp e Quadros (2001); Kumada (2016); Campello (2007) entre outros, que se configurou neste trabalho.

Essa temática de grande relevância para o diálogo com os educadores atuais, sendo necessário para repensarmos a educação de surdos no Brasil, principalmente no atual período denominado de inclusão que vivenciamos, outrora desperta o campo de investigação sobre pesquisas na área em questão e suscitar a ascensão de estudos nesta nova perspectiva surgida no campo das pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A criança surda ao nascer é privada dos sons, todavia adquire uma língua, mediante a experiência visual ao mundo dos sinais, porém a maioria dos casos com o diagnóstico de surdez tardio, faz com que o processo de aquisição da linguagem pela criança surda aconteça como acontece como uma criança ouvinte, por ser inserida num contexto de sons e falas precocemente, dos quais as estimulam para o desenvolvimento de sua comunicação na forma oral.

No entanto o processo de aquisição da linguagem pela criança surda se dá através da Língua de Sinais materna, ou seja, pela língua natural do surdo, segundo Karnopp e Quadros (2001, p. 2) “toda criança surda, independentemente de sua origem racial, geográfica, social ou econômica, é capaz de adquirir a língua de sinais, desde que esteja em contato com usuários dessa língua”, Capovilla *et al.* (1998) *apud* Campello (2007) diz que:

As línguas de sinais surgem de maneira espontânea, pela utilização de gestos e por mímicas realizadas por um grupo de indivíduos surdos. Tal grupo convencionam e desenvolvem certos padrões gestuais próprios para cada objeto, ação, estado psíquico e emocional. O aperfeiçoamento destes padrões alcança a complexidade existente em qualquer língua falada, contendo todos os níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

Entretanto, a história da Língua de Sinais foi marcada por pouca valorização e o surdo vivenciou muita exclusão, repressão e proibição de uso, sendo privado de se comunicar em sinais por séculos, não tendo seus direitos respeitados e sem reconhecimento como indivíduo social. Na antiguidade, por exemplo, as crianças que nasciam “fora” do padrão social eram exterminados do convívio social, conforme aponta Carvalho (2007) *apud* Kumada, 2016, p. 16:

Os egípcios conferiam um ar de misticismo aos surdos, pois acreditavam que por sua forma peculiar de se comunicar, eles eram capazes de transmitir mensagens dos deuses ao faraó. Enquanto isso, os gregos, por atribuírem um alto valor à perfeição física e oratória, condenavam os surdos à morte, uma vez que eles não atendiam aos padrões exigidos na época. Sem direito à vida em sociedade, esse também era o destino das crianças surdas nascidas na Roma Antiga, quando eram lançadas ao rio Tibre.

[...] Os surdos que não conseguissem se comunicar através da fala oral, tal como as pessoas ouvintes se comunicam, estariam então privados de tais direitos.

Oliveira (2011, p.30):

Sócrates declarou aceitável que os surdos se comunicassem com gestos. E mais tarde, no século IV a.C., Aristóteles

afirmava que a educação somente poderia ser obtida através da audição. Portanto, alguém que não conseguia ouvir, que não possuísse linguagem, dentro de sua concepção, não seria capaz de aprender nada, sendo impossível o desenvolvimento do raciocínio.

Os surdos eram vistos como “aberrações”, não vistos como cidadãos de direitos básicos como indivíduos, não podiam usufruir de herança, devido não dominarem uma língua de outrem cuja era considerada como padrão de normalidade.

Segundo Piza (2007) *apud* Kumada (2022), “durante a Idade Média, com a ascensão da Igreja Católica, surgiu um novo paradigma, intitulado pelo autor de “Assistencialismo”. Nesse período, a Igreja condenou o infanticídio, por outro lado, atribuiu a causas sobrenaturais as deficiências de que padeciam as pessoas que eram entendidas como possuídas pelo demônio, devendo ser exorcizadas (Casarin, 2021).

Carvalho (2007) em 700 d.C., “o arcebispo John Beverley se interessou pela esperteza de um rapaz surdo e se propôs a ensiná-lo a ler e escrever”. Assim que a sociedade percebeu a possibilidade de os surdos serem educados, as famílias mais abastadas começaram a investir na educação de seus filhos surdos, especialmente os primogênitos que poderiam ser reconhecidos pela lei para herdarem os bens da família” (Piza e Carvalho, 2007 *apud* Kumada, 2016, p. 16).

Eles não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Os Surdos eram tidos como incapazes de gerenciar seus atos, perdiam a sua condição de ser humano e eram confundidos como o retardado. Até o século XII, eles não podiam se casar (Moura, 2000. p.16).

Esse primeiro modelo de educação de surdos ainda era feito de forma individual ministrado por preceptores, em sua grande parte clérigos. Os preceptores responsáveis tinham como objetivo permitir que os surdos usufruíssem os direitos legais e de herança da família, impedindo que o Estado e/ou a Igreja recebessem o patrimônio hereditário. Houve outros monges preceptores tais como Pedro Ponce de Leon (1520-1584) importante para a educação do surdo, foi considerado o “pioneiro e primeiro professor”, encarregado da educação de dois surdos que viviam no Mosteiro de Valladolid, (Jannuzzi, 2004).

No século XVI Girolano Cardano era renascentista típico, médico e pai de um menino surdo, afirma que a surdez não corresponde a uma interdição mental, ou seja, os surdos não possuem deficiência cognitiva; sua condição requer maneiras diferentes para o aprendizado, mas não existem limitações mentais para pessoas surdas (Soares, 2014). Juan Pablo Bonet (1579-1629) lançou em 1620 o alfabeto digital. De acordo com Reily (2004), os primeiros sinais, incluindo o alfabeto manual para o ensino de surdos, foi inspirado nos sinais utilizados pelos monges beneditinos que viviam sob o voto de silêncio. Muitos desses sinais criados na Europa, em 1620, são semelhantes ao atual vocábulo da Língua brasileira de sinais. “A maioria dos surdos foi educada em mosteiros, asilos ou escolas em regime de internato. Eles

migravam para essas instituições, vista como única possibilidade de receberem instrução” (Gesser, 2009, p. 26).

Embora o alfabeto manual tenha sido utilizado por diversos educadores, ainda existiam alguns estudiosos da época que defendiam a oralização dos surdos, como Jacob Rodriguez Pereira (1715-1780), oralizou a sua irmã surda e utilizou o ensino de fala e de exercícios auditivos com os surdos. A Academia Francesa de Ciências reconheceu o grande progresso alcançado por Pereira: “Não tem nenhuma dificuldade em admitir que a arte de leitura labial com suas reconhecidas limitações, (...) será de grande utilidade para os outros surdos mudos da mesma classe, (...) assim como o alfabeto manual que o Pereira utiliza” (Strobel, 2009, p.21). Conforme Honora (2015, p. 52) “teve doze alunos que se destacavam por fazerem o uso da língua oral, porém seus críticos alegavam que ele escolhia a dedo os alunos não totalmente surdos para que pudessem ser oralizados.”

O médico suíço Johann Konrad Amman (1698-1774), por exemplo foi outro defensor do método oral, era contra os sinais, alegando que atrofiava a mente para o desenvolvimento da fala oral. “Fazia com que seus pacientes aprendessem a leitura labial¹ usava espelhos e o tato para que os Surdos percebessem as vibrações e movimentos da laringe e cordas vocais, método muito parecido com as terapias fonoaudiológicas atuais no atendimento de pacientes Surdos” (Honora, 2015, p. 53).

Oliveira (2011) “no século XVII surgiu a língua de sinais e sua utilização no processo de ensino dos surdos”. Desse modo é possível observar que, logo no início da trajetória da educação de surdos, emergiu uma disputa entre dois métodos: o método visual (sinais) e o método oral. Na Inglaterra, Thomas Braidwood em 1760, fundou uma escola para surdos sobre a abordagem oralista, ainda admitindo o uso temporário do alfabeto manual.

A figura representativa do método visual foi certamente o abade francês Charles Michel de L'Épée (1712 – 1789), considerado “Pai dos Surdos” contribuinte singular, pois propiciou a transição do método individualizado que era destinado somente aos nobres para o coletivo e público por meio da língua de sinais francesa, fundando a primeira escola, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1771, atualmente denominado Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, em 1776 L'Épée publica o livro “A verdadeira maneira de instruir os Surdos-Mudos” (Honora, 2015, p. 53).

L'Épée além de inovar com uma instituição de ensino para os surdos, possibilitou que o método fosse multiplicado, disseminando e contribuindo para que outras escolas fossem fundadas nas diversas partes do mundo, quando faleceu em 1789 já havia 21 escolas fundadas para surdos na França e na Europa além de tornar seus alunos educadores, foi um novo olhar para o sujeito surdo, reconhecendo-o e incluindo-o na sociedade.

[...] uma nova dimensão política de inclusão e de assistência aos surdos ocorreu: eles foram acolhidos pela sociedade, conquistaram sua emancipação, cidadania, como também

1 Ou Leitura Orofacial (LOF), treinamento defendido pelos defensores do oralismo.

posições de destaque como escritores, engenheiros, filósofos etc. Podemos considerar esse período como uma espécie de era dourada dessa história, com o estabelecimento de várias escolas para surdos, geralmente dirigidas por eles mesmos (Carvalho, 2012, p. 16).

Em contrapartida, na Alemanha, Samuel Heinicke (1729-1790) em 1778, defensor do Oralismo Puro, criou uma escola para surdos, onde era vetado o uso da língua de sinais, do alfabeto manual ou da gesticulação espontânea. Para ele, os sinais eram altamente prejudiciais para o desenvolvimento da fala oral, defendia também que primeiro deveria se ensinar a criança surda a falar oralmente, para somente depois ensiná-la a escrever. Em carta escrita à L'Épée, o Heinicke narra: “meus alunos são ensinados por meio de um processo fácil e lento de fala em sua língua pátria e língua estrangeira através da voz clara e com distintas entonações para a habitações e compreensão” (Strobel, 2009, p. 21).

Posterior ao falecimento de L'Épée, diversos diretores estiveram à frente da gestão do Instituto, se destaca o ano de 1814 na direção Jean-Marc Itard, médico-cirurgião francês que juntamente com Philippe Pinel, “pai da psiquiatria, lutavam para a erradicação da surdez, acreditando que assim o Surdo teria acesso ao conhecimento” (Honora, 2015, p. 54). Com essa luta de acabar com a surdez durante sua gestão, há diversos relatos de atrocidades ocorrida com os surdos, conforme cita a autora:

Os relatos da gestão de Itard mostram que o médico fazia atrocidades com seus alunos com o objetivo de descobrir a causa da Surdez. Fazia dissecação dos cadáveres dos Surdos, perfurava a membrana timpânica de seus alunos, usava sanguessugas, provocava fraturas cranianas e sabe-se que um de seus alunos foi levado à morte às suas intervenções. Itard era completamente contra o uso da Língua de Sinais, porém, após 16 anos de trabalho com poucos resultados positivos, se rendeu ao seu uso (Honora, 2015, p. 55).

É notório que o intuito era “consertar” o surdo de seu “defeito” e isso, causou um sofrimento enorme para os surdos daquela época. A disputa entre os dois métodos oral e sinais iam se perpassando durante os tempos e a classe vivenciavam esse embate, ora língua de sinais ou oralismo, contudo a educação dos surdos ia caminhando a passos lentos.

Nos Estados Unidos ainda não existiam iniciativas de ensino, a primeira escola surge com Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) funda juntamente com Louis Marie Laurent Clerc (ex-aluno do Instituto de Paris), o Asilo Hartford para a Educação e Instrução do Surdo e Mudo, fundado em 15 de abril de 1817 no velho Bennet City Hotel, Hartford, Connecticut. Em 1821 a escola teve seu nome alterado para Escola Americana para Surdos e mudou-se para seu local atual, continua sendo a mais antiga escola existente para surdos na América do Norte. Mais tarde, seu filho Edward Miner Gallaudet (1837-1917) funda primeira universidade nacional para surdos “Universidade Gallaudet” em Washington – Estados Unidos, um sonho de seu pai.

A primeira escola para surdos no Brasil, atualmente conhecida como Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES), surge em 1857 no Rio de Janeiro, pelo francês E. Huet, a pedido do Imperador D. Pedro II. A língua de sinais francesa se mistura com a língua de sinais da época dando origem a Libras.

No século XIX devido a estes debates sempre existentes sobre qual método seria melhor para educação do surdo, acontece no ano de 1880 o II congresso Internacional de Educação do Surdo, em Milão. O intuito era discutir e resolver esse impasse, contudo propositalmente os surdos, mesmo os docentes, não foram convidados para esse evento, sem a participação dos principais interessados, fica decidido por votação o uso do método oral como melhor ferramenta de ensino e proibido a língua de sinais, somente os Estados Unidos votou contra essa decisão. Apesar de proibida continuava sendo transmitida de geração para geração graças aos pais surdos.

Essa proibição foi encerrada cem anos depois, quando se percebe seu fracasso como método de ensino, surgindo assim uma nova metodologia conhecida como Comunicação Total, cuja proposta se baseava no uso da língua de sinais, escrita, pantomima, alfabeto digital e fala oral, para promover o ensino. Emergiu ao mesmo tempo em que a língua de sinais foi resgatada pela comunidade científica, isso ocorreu graças aos estudos do linguista William Stokoe.

A Comunicação Total, assim como o oralismo, também não obteve êxito na escolarização de surdos, mas contribuiu para que o uso dos sinais fosse retomado no espaço formal de ensino. Assim, na década de 1980, os surdos se uniram para reivindicar o respeito aos seus direitos, em especial o direito de serem educados na língua de sinais. Esse movimento sensibilizou alguns educadores da área e, com isso uma nova proposta de ensino para surdos: o bilinguismo (Kumada, 2016, p. 15).

No Brasil, a abordagem bilíngue no contexto da surdez é representada pela Libras como sendo a primeira língua das pessoas surdas e a língua portuguesa como segunda língua. Toda essa trajetória relatada acima, reafirma a importância da língua de sinais na vida da criança, do jovem, do adulto surdo, pois já houve diferentes métodos, contudo, foram ineficazes para o pleno desenvolvimento do surdo.

A primeira grande conferência sobre questões da educação inclusiva ocorreu em 1990 na cidade de Jomtien na Tailândia, e se denominou como Conferência Mundial da Educação, no qual se produziu um documento afirmando o direito de todos a educação. Quatro anos depois, acontece a segunda conferência que debateu sobre a inclusão nos processos educacionais, considerado um marco para área da inclusão:

Reconhecimento dos direitos das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, assegurando-os o acesso ao ensino regular, proporcionando uma educação que respeite suas dificuldades. O documento recomenda um novo modelo

de escola – a Inclusiva, cujo princípio “é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (Brasil, 1994).

[...] devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidade em escolas regulares (Brasil, 1994).

Nesse momento o Brasil como um país signatário assume um compromisso importante, na educação para surdos viabilizando através da língua de sinais, reconhecendo como forma de comunicação adequada, anos depois uma série de documentos legais respaldam esse direito.

A Língua Brasileira de Sinais, teve seu reconhecimento legal como língua materna dos surdos, através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, em seu artigo 1º:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Sua regulamentação foi através do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, do qual dispõe sobre formas de igualdade de atendimento e oportunidades às pessoas com surdez, determinando através de seus capítulos:

Capítulo II - Da Inclusão da Libras como Disciplina Curricular.

Capítulo III - Da Formação do Professor de Libras e do Instrutor de Libras.

Capítulo IV - Do Uso e da Difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o Acesso das Pessoas Surdas à Educação.

Capítulo V - Da Formação do Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa.

Capítulo VI - Da Garantia do Direito à Educação das Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva.

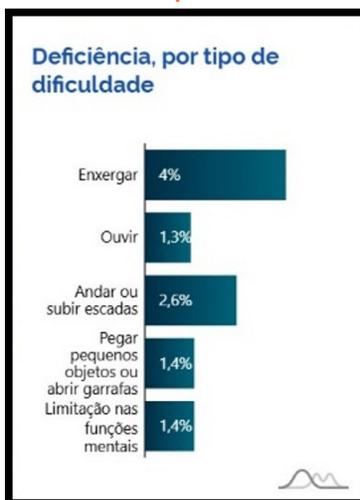
Capítulo VII - Da Garantia do Direito à Saúde das Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva.

Capítulo VIII - Do Papel do Poder Público e das Empresas que detêm Concessão Ou Permissão De Serviços Públicos, no Apoio ao Uso e Difusão da Libras.

Não poderia deixar de mencionar também outra legislação importante de valorização e conquista para comunidade surda, pois viabilizou uma nova categoria de profissionais emergente para subsidiar o acesso das pessoas surdas aos mais diferentes espaços da sociedade, especialmente a escola, Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, contudo a Lei nº 10.098/2000, já indicava, em seu art. 18, o dever do Poder Público em implementar a formação do tradutor e intérprete de língua de sinais, mas a regulamentação só ocorrerá 10 anos depois.

O surdo representa uma classe significativa da população brasileira, de acordo com os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2022, aponta que 7,3% da população brasileira possuem deficiência, o que equivale a mais de 14,8 milhões de pessoas (Brasil, 2022), sendo que 1,3% das pessoas tem dificuldade para ouvir, mesmo com o uso de aparelhos auditivos.

Figura 1 - Dados estatísticos da pessoa com deficiência no Brasil (IBGE).



Fonte: Google, site IBGE, 2022.

Ressaltamos que a aquisição da linguagem pela criança surda deve acontecer por meio da Libras, o mais precoce possível, para que essa comunicação seja construída plenamente. Pizzio e Quadros (2011, p. 3) um estudo revela que sendo 95% das crianças surdas são filhos de ouvintes, têm o contato com a língua de sinais tardiamente, seja por falta de instrução familiar, no caso, quando os pais são ouvintes e ainda tem a visão limitada à “deficiência”, provocam a morosidade em buscar instruções para o desenvolvimento da linguagem desta criança, pois quando a criança tem em seu contexto familiar a estimulação precoce, seu progresso é totalmente diferente.

As primeiras barreiras linguísticas, por vezes, são impostas pela própria família. Quando a criança nasce surda ou perde a audição ainda pequena, muitos pais rejeitam a língua de sinais e impõem a oralização. Sem ouvir a própria voz, o treinamento da fala e da leitura labial costuma ser lento e penoso. O aprendizado da língua de sinais, ao contrário, é natural para quem, compensando a lacuna da audição, tem na visão o sentido mais apurado (Brasil, n.d.).

Acontece que muitas famílias por falta de conhecimento, tem uma visão de “piedade” assim como a maioria das pessoas, segundo Strobel (2006, p. 21), “a sociedade não conhece nada sobre povo surdo² e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, “que pena”, ou lida como se tivessem “uma doença contagiosa” ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento”. Devido a isto, a ausência de contato com a língua de sinais, muito comum com crianças filhas de pais ouvintes, juntamente pela falta de conhecimento e domínio da língua. Destaca Pizzio e Quadros (2011, p. 4) que algumas “investigações delineadas até então indicam que as crianças surdas, filhas de pais surdos, adquirem as regras de sua gramática de forma muito similar às crianças adquirindo línguas faladas.” Ou seja, a construção da linguagem é desenvolvida.

Infelizmente a família mal instruída é uma das principais barreiras e obstáculos do desenvolvimento do surdo. Por isto a educação é um movimento social, pois envolve todas as partes na busca da transformação cultural e melhoria de todos, é um mecanismo não somente para o aluno, mas toda comunidade, dialogar entre si, promover debates, seminários, capacitações e discussões do tema, é um recurso para minimizar estas visões pré-estabelecidas.

Grande parte dos programas que se propõe bilingue também se preocupa com o ensino da Libras aos familiares e profissionais, que atuam junto às crianças e jovens surdos, propiciando cursos para esse público, com objetivo de favorecer a interação e comunicação por meio de um sistema linguístico padrão com a Libras (Lopes, 2000 *et al.*, *apud* Kumada, 2016, p.26).

Às crianças que chegam na escola sem a fluência da língua, faz-se necessário um trabalho diferenciado, com direcionamento utilizando a língua visual-espacial, proporcionando o contato com pessoas dominantes no uso, de preferência professores surdos, para que ocorra a garantia e preservação dos valores, culturas e padrões sociais compartilhados através da língua de sinais brasileira.

O processo educacional ocorre mediante interação linguística e todos os professores devem dominar a Libras para serem professores de surdos. Esse deve ser um ponto de partida de

2 Conjunto de sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, tais como a cultura surda, usam a língua de sinais, têm costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado (Strobel, 2006, p.6).

uma seleção de profissionais que queiram trabalhar com surdos. Dominar a Libras deve ser pressuposto para se pensar em processo educacional, pois a base de tal processo se dá através da interação linguística. Todos os conhecimentos escolares devem passar pela Libras. Pensar em formação de cidadãos conscientes é pensar em diálogo e em troca e isso precisa ser na Libras com os surdos brasileiros (Karnopp e Quadros, 2001, p. 11).

Sendo assim, necessário um ensino, com a presença do professor surdo, do intérprete de Libras, do professor regente que tem abertura para práticas diferenciadas, isso na educação infantil, pois está é a primeira etapa da educação, é nesse momento que é construído a identidade da criança, se esta etapa é violada, a criança chegará no ensino fundamental “atrofiada” e terá dificuldades em se desenvolver em sua aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009), em seu Artigo 4º, traz a definição de criança: “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2009). Importante destacar que a LDB prevê suporte para educação inclusiva, garantindo o atendimento educacional especializado (AEE) desde a educação infantil.

A criança se constrói através das relações e interações vivenciadas, mas se não for proporcionado uma pedagogia diferente, não haverá essa construção, tanto para ouvintes como para surdos, portanto necessariamente exige um repensar na postura e papel do professor. Reis (2007, p.96), aponta a pedagogia solicitada pelos surdos e o perfil dos professores surdos:

O que nós surdos queremos: ter a pedagogia adequada aos surdos, implantar uma nova pedagogia da diferença que influa na identidade, cultura, alteridade, língua de sinais e diferença aos alunos surdos para se identificar, do além, de usar o seu jeito de ensinar. Também pensar a formação dos professores surdos (Reis, 2007, p. 90).

[...] ao se descobrirem trabalhando na sala de aula e contribuindo para os alunos se construírem subjetivamente, identificando sua cultura, sua identidade e se comunicando-se em sua primeira língua, ou seja, a língua de sinais. ao se reconhecer como professor surdo, sua atribuição profissional, o sujeito estabelece momentos de identificação. Isso leva a compreender o professor surdo a partir da transgressão pedagógica vinculada à questão da pós-modernidade, em que ele não é visto como centrado e controlador. Ele é visto como um professor diferente de que se constitui no qual ele produz, se relaciona, se altera com o outro, que está na marca da heterogeneidade.

A perspectiva da educação de surdos se abre novos espaços de reflexão metodológica para o ensino, para a pedagogia visual surge como um novo campo. Esse novo entendimento das práticas educacionais pretende pensar o ensino e a aprendizagem em sua dimensão semiótica, compreendendo a imagem como parte da produção intelectual e como resultado de uma complexa elaboração cognitiva que expressa sentidos também complexos.

A pedagogia visual aplicada à educação de pessoas surdas entende que qualquer signo linguístico, sejam palavras ou imagens podem ser ressignificado pela língua de sinais, pois, ao contrário do que pensa a maioria das pessoas, gestos da língua de sinais não se limitam as mãos, é possível utilizar todo o corpo para se expressar.

É um novo campo de estudos e a demanda da sociedade, por sua vez, pressiona a educação formal a modificar ou criar novos conceitos ou denominações para a pedagogia visual, a fim de reorientar os processos de ensinar e aprender. Isto ajudará a propor uma educação que não só beneficie o indivíduo surdo, mas que garanta a participação de todos: professores, docentes, pesquisadores, alunos, ou seja, a escola em sua totalidade.

Esta área é ainda restrita a poucos: imagem visual, semiótica imagética³ ou também o uso de língua de sinais na sua aquisição, compreensão e captação do pensamento através da imagem visual (Campello, 2007, p. 113 e 114).

Na busca por referenciais envolvendo essa linha de pesquisa, percebe-se poucos estudos que tratam sobre esta pedagogia, um campo ainda desconhecido, por mais que a Libras seja apoiada pelos recursos visuais. Os profissionais envolvidos na educação de surdos, precisam compreender que “os alunos surdos aprendem de forma diferente e é necessária uma metodologia de forma visual e esteja ligada a esta cultura surda” (Gonçalves; Festa; 2013, p. 6 *apud* Benedetti. 2016, p. 222).

Karnopp e Quadros (2001, p.11, 12 e 13) em seu estudo sobre a educação de infantil para surdos, apresenta sugestões de um plano de atividades e conteúdos a serem trabalhados pelo professor, tais como “atividades e rotinas; brincadeiras e jogos; realizar experiências; hora do conto, histórias, poesias, todas utilizando a língua de sinais; passeios conduzidos por adultos surdos; atividades diversas, mini palestras com as comunidade surdas locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais; usando gramática e formais da língua; exploração das artes; ”são “n” estratégias, sugerindo:

3 É um estudo novo, um novo campo visual onde se insere a cultura surda, a imagem visual dos surdos, os olhares surdos, os recursos visuais e didáticos também. Quero esclarecer que isto não é um gesto ou mímica, e sim signo. É a imagem em língua de Sinais, onde vocês podem transportar qualquer imagem ou signos em desenhos ou figuras em língua de Sinais, como acabei de mostrá-los. Vocês podem usar os braços, os corpos, os traços visuais como expressões corporais e faciais, as mãos, os dedos, os pés, as pernas em semiótica imagética (Campello, 2007, p.106).

Semiótica imagética é a parte da semiótica geral ou uma ciência geral dos signos, um dos sistemas de significação (Campello, 2007, p.108).

A organização de uma pedagogia visual que contemple a elaboração do currículo, didática, disciplina, estratégia, contação de história ou estória, jogos educativos, envolvimento da cultura artística, cultura visual, desenvolvimento da criatividade plástica, visual e infantil das artes visuais, utilização da linguagem de Sign Writing (escrita de sinais) na informática, recursos visuais, sua pedagogia crítica e suas ferramentas e práticas, concepção do mundo através da subjetividade e objetividade com as “experiências visuais” (Perlin, 2000 *apud* Campello, 2007, p. 129).

Metodologias de ensino, para valorização e criação de condições para desenvolvimento da autonomia, utilizando o modelo mais adequado o Bilinguismo conforme prevê no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da Lei nº 13.005/14 (Brasil, 2014), em suas Metas:

Estratégias:

1.11) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

7.8) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

Há muito que se discutir e caminhar dentro da educação infantil para surdos no que tange a aquisição da Libras, todavia, os profissionais, educadores, os envolvidos devem buscar cada dia o contato com a teoria, para que assim modificar a prática docente, respeitando a legislação e os direitos do surdo, procurar trabalhar de forma reflexiva e flexível, repensando de forma inclusiva, isso em todas as etapas da educação básica, o foco é sair do comodismo profissional estando em contato com o ensino, aberto ao diálogo com as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs o olhar para importância da Libras na educação infantil através da pedagogia visual, no intuito de trazer reflexões e uma visão investigativa sobre essa etapa da educação básica, sendo a base inicial do ensino na vida de toda criança, é uma temática em discussão inicial, assim, desenvolver este trabalho surge para que possa despertar outras pessoas também, a buscar aprofundamento na área, tal como auxiliar e contribuir para nossas práticas como docentes.

Abordar a Libras hoje, faz necessário viajar historicamente em sua trajetória aos longos dos tempos, conhecer conseqüentemente a história do surdo, pois este foi o protagonista principal de todo o cenário vivenciado até os dias atuais, seus sofrimentos, mas suas conquistas, um movimento constante de luta e descoberta de sua essência. Uma disputa de métodos orais e sinais, cuja determinação de qual metodologia de ensino era melhor para ele (surdo), pautava de pessoas que muitas vezes insensivelmente não vivia seus sofrimentos e desejos de serem incluídos em uma sociedade. Era só o que eles queriam, ser vistos como seres humanos, como cidadãos, como pessoas que tinham direitos, tinham voz, mesmo que silenciosa, pois ela era transmitida por sinais.

Sinais, que transmitem sentimentos, vontades, desejos, sonhos, mas infelizmente em vários momentos isso era desconsiderado, quando os obrigavam a falar, oralizar, usar uma linguagem que não lhes pertencia. Mas foi uma história de alto e baixo, ora sinais, ora oralidade, todavia existiam pessoas que acreditaram nesta voz silenciada, sendo importantes representatividades e defensores, que compreendiam a usabilidade da língua de sinais na promoção da diferença na vida do surdo.

A proposta de uma nova pedagogia no processo de aquisição da linguagem pelo surdo é um despertar para um novo campo da educação do surdo, a Pedagogia Visual, defendida pela autora Campello (2007), é um novo campo de investigação de vários pesquisadores empenhados no ensino com o surdo. Saber que o trabalho com surdo na educação infantil é imprescindível e será o diferencial na vida deles, nisso é necessário que este tenha o contato com a sua língua materna, com outros surdos, com espaços visuais, professores inclusivos, tradutores e intérpretes, com

uma sociedade bilingue, pois hoje que trabalha e/ou está envolvido e faz parte da comunidade surda, consegue perceber que uma parte deles foram “atrofiados” em seu processo de ensino aprendizagem, logo compreendemos que isso se deu pelo seu processo histórico, sendo a interferência para isso. Todavia com novos estudos existentes e todo o respaldo legal na educação bilingue teremos um futuro promissor, próspero aos surdos.

A educação não para, é um movimento constante, que necessita de todos as partes envolvidas para a busca de uma qualidade de ensino, e a união de todos os poderes públicos, escola, família e sociedade mudarão e transformarão todo o cenário educacional. A família sendo um importante aliado da escola e principalmente a responsável por essa educação de qualidade ao seu filho surdo, principalmente os pais ouvintes, estes necessitam de despertar para o reconhecimento e valorização da Libras na educação de seu filho, pois conforme Pizzio e Quadros (2011, p. 3):

Alguns estudos se detiveram na aquisição tardia, uma vez que em torno de 95% das crianças surdas nascem em famílias ouvintes que desconhecem a língua de sinais. Nesse último contexto, muitas famílias levam muito tempo até conhecer a língua de sinais, podendo implicar na aquisição tardia.

Por isto se vê a importância da escola nesse contexto, ou seja, ela tem que propiciar essa aquisição à criança, faz necessário a equipe especializada para isto, professores surdos, intérpretes, vivências com outros surdos, ou seja, uma Escola Bilingue.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** 1994 p.9 e 10

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/proposicoesWeb2?codteor=1298503&filename=LegislacaoCitada+-PL+184/2015>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9394/1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art22> Acesso em: 16 nov. 2019

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9656.htm#art1 Acesso em: 16 nov. 2019

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm#art18. Acesso em: 16 nov. 2019

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso em: 17 nov. 2019

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Base Nacional Curricular Comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil> Acesso em: 14 nov. 2019

_____. Agência Senado. **Baixo alcance da língua de sinais leva surdos ao isolamento.** Ed. Barreira Linguística. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/baixo-alcance-da-lingua-de-sinais-leva-surdos-ao-isolamento>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Aquisição da Linguagem: Uma retrospectiva dos últimos trinta anos.** de Letícia Maria Sicuro Correa. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nsp/4022.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BENEDETTI, Cláudia R. **Fundamento Histórico Cultural da Educação de Surdos.** Valinhos: 2016.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos.** In: Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007. pp. 100 – 131. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/ebook/detalhes/16>. Acesso em: 15 nov. 2019

CASARIN, Melânia de Melo. **Fundamentos e metodologias de educação especial.** 1. ed. – Santa Maria, Rio Grande do Sul. Universidade de Santa Maria. 2021. 85 p.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente.** Brasília: UnB, 1998.

GANDRA, Alana. AGÊNCIA BRASIL. **País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo> > Acesso em: 14 nov. 2019

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?:crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de aluno com surdez: concepções e alfabetização.** São Paulo: Cortez. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2KtYB2J>. Acesso em: 11 nov. 2019

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. **Educação infantil para surdos**. Disponível em: <<http://bit.ly/2KquE3v>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Libras – língua brasileira de sinais**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 256 p.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; SOUZA, Marcia Maurilio; PAGAIMÉ, Adriana. **Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva**. São Paulo: Editora UFABC, 2022.

MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Editora RevinteR Ltda. Ano 2000.

OLIVEIRA, Liliene Assumpção. **Fundamentos Históricos, Biológicos e Legais da Surdez**. Curitiba. 2011 152 p.

PIZZO, Aline Lemos; QUADROS, Ronice Muller de. **Aquisição da Língua de Sinais**. 2011. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_l_inguas_de_sinais_.pdf> Acesso em: 11 nov. 2019

QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis (organizadoras). **Estudos Surdos II**. – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/ebook/detalhes/16>. Acesso em: 15 nov. 2019.

REILY, Lucia. **O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a11v1235.pdf>> Acesso em 11 nov. 2019

REIS, Flaviane. **Professores Surdos: Identificação ou Modelo?**. In: Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007. pp.86 – 99. Disponível em: <<https://editora-arara-azul.com.br/site/ebook/detalhes/16>>. Acesso em: 15 nov. 2019

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, São Paulo. 1ª Edição, 2014.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf> Acesso em: 14 nov. 2019

STRÖBEL, Karin Lilian. **História dos Surdos: Representações “Mascaradas” Das Identidades Surdas**. In: Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007. pp.18 – 37. Disponível em: <<https://editora-arara-azul.com.br/site/ebook/detalhes/16>>. Acesso em: 15 nov. 2019